



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

A Grande Assembleia Terena como movimento insurgente de poder autônomo

Autoria: Arielly de Oliveira Amarilla (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O work se propõe a apresentar, através da ótica da etnopolítica e de observações dos significados deste evento, uma análise da Grande Assembleia do Povo Terena HÁNAITI HO'ÚNEVO TÊRENOE (MS). Diante da invisibilização social, econômico e cultural indígena, problemas ainda marcantes no período posterior à constituição federal de 1988, surgira dentre os povos indígenas diversas organizações etnopolíticas próprias, estruturadas em entidades de base, conselhos e lideranças. O Movimento Indígena Brasileiro-MIB, enquanto ?movimento organizado? é bastante recente no Brasil. Esses grupos, mobilizados, articulados e conscientes da necessidade da construção de ações e estratégias de lutas conjuntas, emergiram com acirradas críticas referente ao Estado e seu regime de tutela elaborado pelas políticas indigenistas. A Grande Assembleia Terena surge então em 2012 no contexto de reconfiguração das organizações étnicas emergentes nos últimos anos no Brasil. Como contraponto às políticas indigenistas que não estavam sendo aplicadas de modo satisfatório pelo grupo étnico, a assembleia como uma organização etnopolítica passou a ser o espaço de reivindicação dos problemas concretos (invasão da terra indígena, matança de lideranças, precarização da saúde, subordinação econômica, insustentabilidade das reservas), traçando ações e estratégias de luta. No âmbito sociocultural, o acúmulo dos ganhos políticos construídos na assembleia fortalecem o grupo enquanto



etnia, enquanto sujeitos independentes do Estado e que podem se expressar culturalmente da maneira que o grupo avalia ser o ideal, inclusive resgatando práticas culturais do passado que fora extirpada pelas políticas indigenistas. Dessa forma, para além de um espaço político visando concretizar as demandas do grupo, a assembleia também surge como uma organização de um novo tipo de poder; um poder não mais centralizado no Estado, mas sim um poder paralelo a ele, rompendo com os mecanismos de legalidade das políticas estatais. Esse novo tipo poder, construído pelos próprios Terena, fortaleceria a autonomia desses sujeitos, levando-os a buscarem outras vias de luta que não fossem por dentro da estrutura jurídica política do Estado.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: